

Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins de lucro (ITG 2002-R1).

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Entidade possuía um saldo de estoques no montante de R\$13.102 mil e R\$8.324 mil, respectivamente, para os quais não foram disponibilizados pela administração os controles auxiliares conciliados com os respectivos saldos contábeis. Desta forma, não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes para conclusão sobre o saldo dos estoques e dos respectivos e eventuais efeitos no custo dos materiais e medicamentos dessas demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, estão sendo representadas, em decorrência de mudança de prática contábil detalhada na nota explicativa nº 3. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em 30 de junho de 2025, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que ora estão sendo reapresentadas, conforme descrito na nota explicativa nº 4. Esse relatório de auditoria, emitido nessa data, considera a reapresentação e substitui o relatório anteriormente emitido na data supracitada. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram retificados em relação às demonstrações financeiras completas originalmente divulgadas daquele exercício, as quais foram auditadas por outro auditor. Os valores correspondentes, ora retificados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 4, especificamente no que se refere às demonstrações dos fluxos de caixa, foram auditados por outro auditor que emitiu relatório datado em 27 de novembro de 2024, com uma opinião modificada relativa a não obtenção de controles auxiliares de estoques.

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes, especificamente, da reclassificação de recursos com ou sem restrição descritos na nota explicativa nº 4, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor. Nós não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os ajustes dos valores correspondentes, e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre o ajuste decorrente da reclassificação de recursos com ou sem restrição dos valores correspondentes descritos na nota explicativa nº 4.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins de lucro (ITG 2002 -R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 29 de setembro de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
			Reclassificado				Reclassificado
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	52.345	50.867	Empréstimos e financiamentos	11	3.611	1.470
Contas a receber	5	56.014	33.447	Fornecedores	12	4.413	3.343
Outros créditos	6	1.227	1.803	Prestadores de serviços	13	11.844	9.520
Estoques	7	13.102	8.324	Obrigações sociais e trabalhistas	14	30.300	25.922
Despesas antecipadas		<u>1</u>	<u>16</u>	Obrigações tributárias	15	2.394	1.756
Total do ativo circulante		122.689	94.457	Convênios com o poder público	16	5.122	284
				Bens de terceiros	17	328	328
<u>Não circulante</u>				Contratos de gestão	18	-	26.432
Realizável a longo prazo				Contratos de concessão pública	19	794	-
Contas a receber	5	13.169	-				
Caixa restrito	4	9.778	14.760	Outras contas a pagar	20	<u>7.123</u>	<u>2.926</u>
Aplicações financeiras	4	4.434	9.842	Total do passivo circulante		65.929	71.981
Depósitos e bloqueios judiciais	8	1.019	799				
Outros créditos	6	871	-	<u>Não circulante</u>			
Total do realizável a longo prazo		29.271	25.401	Empréstimos e financiamentos	11	16.334	10.656
				Obrigações tributárias	15	469	792
Imobilizado	9	34.630	30.844	Convênios com o poder público	16	9.778	14.760
Intangível	10	10.803	2.244	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	21	15.504	10.210
				Contratos de gestão	18	35.392	-
Total do ativo não circulante		74.704	58.489	Contratos de concessão pública	19	3.633	-
				Outras contas a pagar	20	-	531
				Total do passivo não circulante		81.110	36.949
				<u>Patrimônio líquido</u>	22		
				Patrimônio social		44.016	36.575
				Superávit acumulado		<u>6.338</u>	<u>7.441</u>
				Total do patrimônio líquido		50.354	44.016
TOTAL DO ATIVO		<u>197.393</u>	<u>152.946</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>197.393</u>	<u>152.946</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2024	2023
<u>RECEITAS OPERACIONAIS</u>	23		
Receitas de serviços		294.507	244.737
Receita com doação		7.271	5.904
Receita com serviços voluntários	24	1.184	-
		<u>302.962</u>	<u>250.641</u>
<u>Custos dos serviços prestados</u>	25		
Pessoal		(112.414)	(94.609)
Prestadores de serviços		(81.922)	(66.817)
Materiais e medicamentos		(47.238)	(48.160)
Gerais		(12.539)	(8.056)
		<u>(254.113)</u>	<u>(217.642)</u>
Superávit bruto		<u>48.849</u>	<u>32.999</u>
Receitas (despesas) operacionais	26		
Despesas com pessoal		(31.215)	(28.495)
Despesas com prestadores de serviços		(3.235)	(1.838)
Gerais e administrativas		(16.612)	(11.175)
Depreciação e amortização		(5.293)	(3.852)
Despesas com serviços voluntários	24	(1.184)	-
Outras receitas (despesas) operacionais		11.745	14.882
		<u>(45.794)</u>	<u>(30.478)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>3.055</u>	<u>2.521</u>
Resultado financeiro	27		
Receitas financeiras		5.774	7.015
Despesas financeiras		(2.491)	(2.095)
		<u>3.283</u>	<u>4.920</u>
Superávit do exercício		<u>6.338</u>	<u>7.441</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	6.338	7.441
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	<u>6.338</u>	<u>7.441</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PRATIMÔNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	35.408	1.167	36.575
Superávit do exercício	-	7.441	7.441
Incorporação ao patrimônio social	1.167	(1.167)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	36.575	7.441	44.016
Superávit do exercício	-	6.338	6.338
Incorporação ao patrimônio social	7.441	(7.441)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	44.016	6.338	50.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	6.338	7.441
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	5.293	3.852
Apropriação de receitas de subvenções realizadas	(2.474)	-
Valor residual líquido do ativo imobilizado baixado	1.562	(1)
Valor residual líquido do ativo intangível baixado	1.440	-
Ajustes do imobilizado	(3.919)	-
Ajustes dos contratos de concessão pública	-	-
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	270	(40)
Provisão para perdas em processos judiciais	5.784	2.145
Juros sobre empréstimos	1.499	1.917
Juros contratos de concessão	5	-
	<u>15.798</u>	<u>15.314</u>
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	(36.007)	(102)
Outros créditos	(280)	(397)
Estoques	(4.778)	141
Depósitos e bloqueios judiciais	(220)	13
Fornecedores e prestadores de serviços	4.064	(2.432)
Obrigações sociais e trabalhistas	4.378	3.659
Obrigações tributárias	315	216
Convênios com o poder público	(144)	12.465
Contratos de gestão	8.960	(2.620)
Contratos de concessão pública	(799)	-
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(490)	(1.332)
Outras contas a pagar	2.996	(10.233)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(6.207)</u>	<u>14.692</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações financeiras	5.408	2.650
Aquisição do imobilizado	(3.873)	(7.960)
Aquisição do intangível	(5.152)	(49)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(3.617)</u>	<u>(5.359)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Ingresso de novos empréstimos	8.994	-
Amortização de empréstimos	(1.175)	(1.050)
Juros pago de empréstimos	(1.499)	(1.379)
Convênios com o poder público	4.982	(14.760)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamentos	<u>11.302</u>	<u>(17.189)</u>
Aumento de caixa e equivalente de caixa	<u>1.478</u>	<u>(7.856)</u>
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	50.867	58.723
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>52.345</u>	<u>50.867</u>
Aumento de caixa e equivalente de caixa	<u>1.478</u>	<u>(7.856)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil (“Entidade”) é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, de utilidade pública e caráter beneficente, proprietária e mantenedora do Hospital Martagão Gesteira e de 4 (quatro) outras filiais: Transformar, Instituto de Ensino da Saúde e Gestão, Sokids e Crescer. Constituída em 17 de junho de 1923, sediada na Rua José Duarte, nº 114, Tororó, Cidade de Salvador, estado da Bahia, tendo como objetivo a gestão de unidade de saúde própria ou de terceiros, a prevenção de enfermidades, a promoção e a assistência integral da saúde da mãe e da criança, mediante ações nas áreas de saúde, assistência social, educação, ciência e cultura, no Hospital Martagão Gesteira e em outros locais, estabelecimentos ou unidades, próprios ou de terceiros.

A Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil para cumprir com seus objetivos deverá:

- a) Executar ações de prevenção de enfermidades e promoção da saúde da mãe e da criança no contexto familiar, nos âmbitos médico e social.
- b) Prestar assistência médica e hospitalar integral à saúde da mãe e da criança, com acompanhamento multidisciplinar, extensível aos doadores de órgãos, nos casos de transplantes.
- c) Promover e participar efetivamente, com todos os meios ao seu alcance, de ações que visem à redução da mortalidade e morbidade materna e infantil.
- d) Divulgar, mediante publicações próprias ou de terceiros, pela mídia em geral e por outros meios disponíveis, os ensinamentos de pediatria e puericultura, bem como as ações necessárias à preservação da saúde da criança no contexto familiar.
- e) Atuar, junto aos Poderes Públicos, às entidades da sociedade civil e ao público em geral, visando à execução de medidas de proteção à saúde da criança e de combate à mortalidade e morbidade materna e infantil, inclusive mediante ações de mediação e assessoramento.
- f) Atuar, junto aos Poderes Públicos, às entidades da sociedade civil e ao público em geral, a fim de obter doações, auxílios, subvenções e convênios, visando sempre à manutenção e ampliação das suas atividades, com melhoria dos recursos físicos e humanos, criação de novos serviços e modernização dos já existentes.
- g) Fazer funcionar e administrar, em instalações próprias ou de terceiros, estabelecimentos ambulatoriais e hospitalares equipados para a prevenção e tratamento das enfermidades gestacionais e pediátricas, clínicas e cirúrgicas, para tratamento de defeitos e más-formações, congênicas ou adquiridas, bem como para prática e divulgação da puericultura.
- h) Desenvolver ensino e pesquisa, atividades didáticas e científicas, inclusive mediante cursos, palestras, simpósios, conferências e instituição de bolsas de estudo, visando ao aperfeiçoamento, especialização e qualificação de profissionais de saúde que atuem no cuidado à mãe e à criança ou de profissionais de administração médica e hospitalar.
- i) Celebrar convênios, consórcios e outros contratos com instituições públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, bem como estabelecer intercâmbio com entidades congêneres, inclusive para prestar e receber assessoria visando à expansão e melhoria do cuidado à mãe e à criança no âmbito familiar.
- j) Promover e realizar ações comunitárias, artísticas, culturais ou desportivas, relacionadas a seus objetivos ou com a finalidade exclusiva de arrecadação de recursos para custeio e investimento em suas atividades-fim.

- k) Desenvolver, licenciar, distribuir ou vender produtos, bem como prestar serviços de qualquer natureza (a exemplo de lavanderia, estacionamento, atividades de bar e restaurante), sempre com a finalidade exclusiva de arrecadação de recursos para custeio e investimento em suas atividades-fim.
- l) Captar e gerir bens e recursos destinados a viabilizar o desenvolvimento das ações relacionadas ao objeto social, imediata e diretamente ou mediante a instituição, administração ou expansão de Fundo Patrimonial, vinculado às causas previstas no “caput” deste artigo e observado o quanto disposto neste Estatuto Social.
- m) Preservar a história, a memória e a missão dos seus fundadores.

A Entidade, por meio do Hospital Martagão Gesteira, prestou 100% do seu atendimento assistencial aos usuários do Sistema Único de Saúde - (“SUS”).

Em 4 de dezembro de 2019, a Entidade por meio de processo licitatório, iniciou um novo contrato por um período de 5 anos com o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB, o contrato de prestação de serviço de gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Estadual da Criança (“HEC”) no município de Feira de Santana - BA. O contrato está no seu 7º termo aditivo com o valor mensal de R\$11.817 mil, prorrogando a vigência por 12 meses.

Em 8 de novembro de 2021, foi assinado o 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 126/2016 firmado entre o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB e a Liga Álvaro Bahia Contra Mortalidade Infantil. O objeto contratado refere-se à prestação de serviço de gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde a serem executados no Centro de Referência Estadual de Transtornos do Espectro Autista - (“CRETEA”). O valor mensal estimado é de R\$301 mil. A vigência inicial foi de 12 meses, renovada por mais 24 meses. Em novembro de 2022, o prazo do contrato foi finalizado e desde dezembro de 2022 até momento, a unidade funciona de forma indenizatória para evitar a descontinuidade dos tratamentos até que seja realizada nova licitação.

Em 4 de junho de 2024, a Entidade iniciou o contrato de concessão pública, por um período de 10 anos, com o Município de Alagoinhas. O contrato de prestação de serviço de gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Materno Infantil de Alagoinhas (“HMIA”) no município de Alagoinhas - BA. O valor mensal estimado é de R\$2.871 mil.

Em 18 de julho de 2024, a Entidade iniciou o contrato de concessão pública, por um período de 10 anos, com o Município de Maringá. O contrato de prestação de serviço de gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital da Criança de Maringá (“HCM”) no município de Maringá - PR. O valor mensal estimado é de R\$3.069 mil.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as orientações específicas determinadas na norma ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucros e as orientações específicas determinadas pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, e determinações especiais oriundas do Ministério da Saúde através da Portaria nº 1.970, de 16 de agosto de 2011.

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Entidade em 29 de setembro de 2025.

2.2. Continuidade operacional

Os conselheiros têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Entidade possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Entidade aplicou a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados contabilmente possuem valores de mercado que não diferem de forma significativa dos valores contabilizados, considerando-se a taxa de juros correntes para operações similares e de vencimentos compatíveis.

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas em milhares de reais (R\$), moeda funcional e de apresentação, exceto quando indicado outra forma.

2.6. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Entidade. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- a) Nota Explicativa nº 04: Provisão para crédito de liquidação duvidosa.
- b) Notas Explicativas nº 09 e nº 10: Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível, respectivamente.
- c) Nota Explicativa nº 14: Mensuração de provisões para rescisões trabalhistas relacionadas aos Contratos de Gestão.
- d) Nota Explicativa nº 21: Mensuração de provisões para riscos em perdas com processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

No entendimento da Administração da Entidade, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

2.7. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação/mensuração para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A Entidade classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado e valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Passivos financeiros

O CPC 48 contém duas principais categorias de classificação/mensuração para passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A Entidade classifica seu passivo financeiro sob a categoria custo amortizado. Os passivos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, e/ou, quando transferir os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Valor recuperável (“impairment”) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Entidade avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Entidade para determinar se há evidência objetiva de uma perda por “impairment” incluem:

- a) Dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador.
- b) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal.
- c) Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira.
- d) Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

São recursos financeiros que possuem liquidez imediata, e estão apresentados ao seu valor de mercado processados obedecendo aos critérios do regime de competência, refletindo assim a real situação econômico-financeira e patrimonial da Entidade. Todas as aplicações financeiras são mantidas até o vencimento e é mensurada pelo custo de aquisição acrescido por juros, correção monetária, deduzidas por perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das demonstrações financeiras.

Os saldos sem restrições são recursos a serem utilizados na manutenção da Entidade e não possuem restrições para sua utilização.

Os saldos com restrições são recursos com restrição de movimentação, pois sua utilização está vinculada aos convênios e contratos mantidos com terceiros ou necessita de deliberação dos gestores responsáveis para sua destinação ou utilização.

2.9. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de contratos e convênios pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade, reconhecido através do regime de competência. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado ou contratado, ajustado pela provisão para perda se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Entidade), os créditos a receber são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.10. Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD

As Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Entidade como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

2.11. Estoques

É composto de medicamentos e materiais hospitalares. Seus registros são efetuados na data do fato contábil pelo valor histórico. A apuração do custo se dá pelo critério de custo médio ponderado.

2.12. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos de suas correspondentes depreciações acumuladas e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável. Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 1995. Está representado pelo valor de custo e deduzido da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear cujas taxas aplicadas variam de 5 a 25% a.a., e leva em consideração a vida útil-econômica dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária brasileira.

2.13. Intangível

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e deduzido da amortização. A amortização é calculada pelo método linear, cuja taxa aplicada é de 20% a.a., segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária brasileira; aquisição de carteira de clientes: não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação dos ativos intangíveis de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

2.14. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente a valor justo no recebimento dos recursos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”). A despesa de juros é reconhecida com base no método de juros efetivos e incluída em despesas financeiras, no resultado do período apropriado.

2.16. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.17. Contrato de Gestão

Os resultados obtidos na gestão dos Contratos de Gestão são reclassificados da receita para o passivo não circulante como uma obrigação de execução futura de modo a garantir o equilíbrio econômico do contrato durante o seu período de vigência.

2.18. Contrato de Concessão Pública

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. As construções e melhorias de infraestrutura efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de uso desta infraestrutura para prestação de serviço. Para o reconhecimento do ativo intangível, de acordo com a orientação técnica OCPC 05 - item 38, nos contratos de concessão consideram-se bens vinculados à concessão aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.

Para os bens não vinculados à concessão, a orientação técnica OCPC 05 - item 40, descreve que esses ativos devem ser classificados no ativo imobilizado e que sejam aplicados os critérios de avaliação do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado.

O Contrato de Concessão com o HCM - Hospital da Criança de Maringá e HMIA - Hospital Materno Infantil de Alagoinhas são contratos de concessão que deve aplicar as normas contábeis de contratos de concessão, a ICPC 01 (Itens 3 e 5) e a OCPC 05 (Itens 2 e 38).

Os resultados obtidos na gestão dos Contratos de Concessão são incorporados ao Patrimônio Social da Entidade.

2.19. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

2.20. Apuração do resultado

O sistema de resultado reconhece as receitas, os custos e as despesas apropriados de acordo com o regime de competência, adotando critérios adequados aos Princípios Contábeis; Estatuto Social, Lei nº 11.638/07; e, Normas Fiscais e Tributárias.

2.21. Receitas do segmento de saúde, Contratos de Gestão e Concessão Pública

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Entidade. Conforme o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a Entidade avalia o atendimento de determinados critérios estabelecidos nesse pronunciamento para avaliar se o reconhecimento da receita deve ocorrer em um momento específico ou ao longo do tempo, quando a Entidade satisfizer às obrigações de desempenho.

As unidades de negócio (HEC e CRETEA) operam através de Contrato de Gestão, portanto não geram resultado para a Entidade. Dessa forma, o superávit ou déficit destes contratos são reclassificados temporariamente para contas do passivo ou ativo não circulante respectivamente no grupo de contas de Contrato de Gestão.

As unidades de negócio (HMIA e HCM) operam através de Contrato de Concessão Pública, portanto geram resultado para a Entidade. Dessa forma, o superávit ou déficit destes contratos são incorporados ao Patrimônio Social da Entidade.

2.22. Receitas de convênios

São alocadas as receitas auferidas com convênios, subvenções e auxílios financeiros realizados com entidades de direito privado e público. À medida que a Entidade incorre em custos e aplicam em investimentos os valores são apropriados à receita de convênios. Após a divulgação do CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, a Entidade, por analogia, passou a constituir provisão para retificação de seu ativo imobilizado no montante dos recursos recebidos dessas doações e subvenções. Também considera as receitas oriundas dos contratos firmados com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, para gestão de hospitais públicos do Estado. São reconhecidas pelo seu valor justo, apurado de acordo com os valores fixados em contrato e cumprimentos das metas estabelecidas apuradas na prestação de contas mensal.

2.23. Receitas de doações

Correspondem a doações de materiais, medicamentos, bens e recursos monetários recebidas de pessoas físicas e jurídicas que são alocadas as receitas com doações, as quais são registradas quando do efetivo recebimento.

2.24. Despesas

As despesas são registradas no resultado quando incorridas obedecendo ao regime de competência. As despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de "Despesas financeiras".

2.25. Tributação

A Entidade é imune do Imposto de Renda e da Contribuição Social por ser uma entidade de assistência social sem fins econômicos ou lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída e põe à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado (Lei nº 9.532/97, artigo 12). Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10). As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, artigo 12, § 2º, Lei nº 9.718/98, artigo 10, § 3º e 18, IV):

- a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações, fundações ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos nos artigos 3º e 16 da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da Entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).
- b) Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais.
- c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- e) Apresentar, anualmente, declaração de informações (SPED) Sistema Público de Escrituração Digital, em conformidade com o disposto em ato da Receita Federal do Brasil.
- f) Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes.
- g) Assegurar à destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.
- h) Outros requisitos relacionados com o funcionamento dessas entidades, determinados em lei específica.

2.26. Demonstrações do fluxo de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC). A Entidade apresenta os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como parte das atividades de financiamento.

2.27. Adoção inicial das normas novas e revisadas e normas emitidas, mas ainda não vigentes

Normas vigentes

A Entidade aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024. A Entidade decidiu por não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2024, tais como:

- a) Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato.
- b) Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido.
- c) Referências à Estrutura conceitual.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Entidade.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Algumas normas de contabilidade estão sendo revisadas e alteradas, entretanto ainda não houve revisão das normas correlatas (pronunciamentos contábeis CPC) emitidas no Brasil.

3. RECLASSIFICAÇÃO

- a) Reapresentação das demonstrações financeiras correspondentes - demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023

A Entidade revisou as políticas contábeis e decidiu por apresentar as subvenções não realizadas líquidas no ativo imobilizado, conforme opção permitida no item 24 do CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. Desta forma, a Entidade reclassificou os saldos comparativos conforme abaixo apresentado.

	<u>2023</u>	<u>Ajustes</u>	<u>2023</u> <u>Reclassificado</u>
<u>Ativo</u>			
<u>Circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	50.867	-	50.867
Contas a receber	33.447	-	33.447
Créditos diversos	1.803	-	1.803
Estoques	8.324	-	8.324
Despesas antecipadas	16	-	16
	<u>94.457</u>	<u>-</u>	<u>94.457</u>
<u>Não circulante</u>			
Caixa restrito	14.760	-	14.760
Aplicações financeiras de longo prazo	9.842	-	9.842
Depósitos e bloqueios judiciais	799	-	799
Imobilizado	41.265	(10.421)	30.844
Intangível	2.244	-	2.244
	<u>68.910</u>	<u>(10.421)</u>	<u>58.489</u>
Total do Ativo	<u><u>163.367</u></u>	<u><u>(10.421)</u></u>	<u><u>152.946</u></u>

	2023	Ajustes	2023 Reclassificado
<u>Passivo e patrimônio líquido</u>			
<u>Circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	1.470	-	1.470
Fornecedores	3.343	-	3.343
Prestadores de serviços	9.520	-	9.520
Obrigações sociais e trabalhistas	25.922	-	25.922
Obrigações tributárias	1.756	-	1.756
Convênios com o poder público	10.705	(10.421)	284
Bens de terceiros	328	-	328
Contrato de gestão	26.432	-	26.432
Outras contas a pagar	2.926	-	2.926
	<u>82.402</u>	<u>(10.421)</u>	<u>71.981</u>
<u>Não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	10.656	-	10.656
Obrigações tributárias	792	-	792
Convênios com o poder público	14.760	-	14.760
Provisão para contingências	10.210	-	10.210
Provisões gerais	531	-	531
	<u>36.949</u>	<u>-</u>	<u>36.949</u>
<u>Patrimônio líquido</u>			
Patrimônio social	36.575	-	36.575
Superávit do exercício	7.441	-	7.441
	<u>44.016</u>	<u>-</u>	<u>44.016</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u><u>163.367</u></u>	<u><u>(10.421)</u></u>	<u><u>152.946</u></u>

b) Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e de 2023

A Entidade identificou reclassificações necessárias, para correção de erro, na nota explicativa no 4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e de 2023 de forma a apresentar adequadamente os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras que possuem restrição para utilização em determinados projetos. Desta forma a Entidade reclassificou esses saldos do restante dos saldos sem restrição na referida nota explicativa, sem alteração da classificação contábil no balanço patrimonial, seguindo a orientação da Interpretação Técnica Geral 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucros emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Abaixo apresentamos as reclassificações realizadas:

	Originalmente apresentado		Reclassificações		Reapresentado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<u>Recursos sem restrição</u>						
<u>Circulante:</u>						
Caixa e bancos	4.063	1.137	(70)	(1)	3.993	1.136
Aplicações financeiras	48.282	49.730	(39.018)	(43.685)	9.264	6.045
Subtotal de recursos sem restrição	<u>52.345</u>	<u>50.867</u>	<u>(39.089)</u>	<u>(43.686)</u>	<u>13.256</u>	<u>7.181</u>
<u>Não Circulante:</u>						
Aplicações financeiras	4.434	9.842	-	-	4.434	9.842
Total de recursos sem restrição	<u><u>56.779</u></u>	<u><u>60.709</u></u>	<u><u>(39.089)</u></u>	<u><u>(43.686)</u></u>	<u><u>17.690</u></u>	<u><u>17.023</u></u>

	Originalmente apresentado		Reclassificações		Reapresentado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<u>Recursos com restrição</u>						
Circulante:						
Caixa e bancos	-	-	70	-	70	-
Aplicações financeiras	-	-	39.018	43.686	39.018	43.686
Subtotal de recursos com restrição	-	-	39.089	43.686	39.089	43.686
<u>Não circulante</u>						
Caixa e bancos	-	4	-	-	-	4
Aplicações financeiras	9.778	14.756	-	-	9.778	14.756
Total de recursos com restrição	9.778	14.760	39.089	43.686	48.867	58.446
Total	66.557	75.469	-	-	66.557	75.469

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, CAIXA RESTRITO E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2024	2023
<u>Recursos sem restrição</u>		
Circulante:		
Caixa e bancos	3.993	1.136
Aplicações financeiras	9.264	6.045
Subtotal de recursos sem restrição	13.256	7.181
Não Circulante		
Aplicações financeiras - XP Investimentos	4.434	9.842
Total de recursos sem restrição	17.690	17.023
<u>Recursos com restrição</u>		
Circulante:		
Caixa e bancos	70	-
Aplicações financeiras	39.018	43.685
Subtotal de recursos com restrição	39.089	43.685
Não Circulante:		
Caixa e bancos	-	4
Aplicações financeiras	9.778	14.756
Total de recursos com restrição	9.778	14.760
Total	66.557	75.469

Recursos sem restrição

São recursos livres em dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas em instituições financeiras de primeira linha. Os recursos considerados no longo prazo possuem política a concentração em títulos públicos e debêntures de grandes empresas, observando os limites do fundo garantidor de crédito.

Recursos com restrição

São recursos restritos em fundos de contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, vinculados aos convênios e contratos mantidos com terceiros.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são realizadas em instituições de primeira linha e referem-se, em sua maioria, a aplicações em CDB/RDB, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados com base nas taxas estabelecidas nos contratos com as instituições financeiras.

As aplicações financeiras são oriundas de recursos provenientes das operações e poderão ter seus valores destinados a reinvestimentos para melhoria das instalações físicas e dos serviços realizados pela Entidade.

5. CONTAS A RECEBER

<u>Clientes/contratos</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>SESAB</u>		
Contrato de Gestão - HEC	37.107	10.879
UTD/PAVD	2.692	2.015
Cardiologia	1.109	1.260
Leitos de retaguarda	984	1.103
Leitos de UTI Neonatal	777	1.907
Contrato de Gestão - CRETEA	733	250
Neuropediatria	95	316
Transplante TMO	34	16
Cirurgias FAEC	32	-
CIDOHTT	12	47
Glosas recuperáveis	-	1.368
	<u>43.575</u>	<u>19.161</u>
<u>SMS</u>		
Pré-fixado - Salvador BA	9.830	6.995
Município de Alagoinhas - BA	6.027	-
Pós-fixado - Salvador BA	5.711	5.486
Município de Maringá - PR	3.376	-
Leitos COVID - Salvador BA	-	1.042
Glosas recuperáveis - Salvador BA	-	78
	<u>24.944</u>	<u>13.601</u>
<u>Outros</u>		
Convênios diversos	699	685
Recebíveis de ensino	235	-
	<u>934</u>	<u>685</u>
Perda de crédito esperada - PCE		
(-) Perda de crédito esperada	(270)	-
	<u>(270)</u>	<u>-</u>
Total	<u>69.183</u>	<u>33.447</u>
Circulante	56.014	33.447
Não circulante	13.169	-

As principais unidades da LABCMÍ operam com recursos 100% oriundos do SUS repassados por meio do Estados e Prefeituras. Estes recursos são repassados com um prazo médio de 60 dias após avaliação produção sem histórico de inadimplência por parte dos órgãos governamentais. A unidades SOKIDS e TRANSFORMA são as únicas que operam com prestação de serviços privados por meio das operadoras de saúde com prazos médios de recebimento de 45 dias e pagamentos diretos por pessoa física.

A PCE foi estimada a partir de títulos em aberto com prazo superior a 180 dias que se encontram em cobrança administrativa.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	2024	%	2023	%
A vencer	36.248	52%	28.461	85%
Vencidos de 1 a 30 dias	18.565	27%	3.566	11%
Vencidos de 31 a 60 dias	802	1%	8	0%
Vencidos de 61 a 90 dias	31	0%	1	0%
Vencidos de 91 a 120 dias	13.169	19%	1	0%
Vencidos de 121 a 180 dias	-	0%	24	0%
Vencidos de 181 a 360 dias	368	1%	1.386	4%
Vencidos a mais de 361 dias	-	0%	-	0%
Total	69.183	100%	33.447	100%

Movimentação da PCE

	2024	2023
Saldos iniciais em 1º de janeiro	-	(243)
(+) Provisão	(270)	-
(-) Reversão	-	40
(-) Liquidação	-	203
Saldos finais em 31 de dezembro	(270)	-

A provisão, constituída em 31 de dezembro de 2024, foi sobre faturamento de planos de saúde SOKIDS e da Transformar que a Administração entende que não são passíveis de recuperação.

6. OUTROS CRÉDITOS

	2024	2023
Impostos a recuperar	771	318
Adiantamento a fornecedores	749	857
Adiantamento de férias	461	628
Outros	118	-
Total	2.099	1.803
Circulante	1.228	1.803
Não circulante	871	-
Total	2.099	1.803

7. ESTOQUES

	2024	2023
Medicamentos	5.990	3.612
Material médico	2.703	1.323
OPME	708	343
Material de manutenção hospitalar	591	370
Material consignado	582	421
Material de Engenharia Clínica	567	606
Outros	1.961	1.649
Total	13.102	8.324

Os estoques correspondem a medicamentos, material hospitalar e material de suprimento, cuja valorização é feita com base no custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

8. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

	2024	2023
Junta de Conciliação 2	912	672
Outros	107	127
Total	1.019	799

Em março de 2016, a Entidade aderiu ao procedimento global de acordo da Junta de Conciliação 2 - JC2 do Tribunal Regional do Trabalho - 5ª Região. Este acordo estabelece depósitos mensais em conta específica do TRT5 - JC2 para pagamento de acordos firmados na justiça do trabalho que ficam sob a gestão do TRT5 - JC2.

Movimentação de depósitos e bloqueios judiciais

	2024	2023
Saldos iniciais em 1º de janeiro	799	812
(+) Provisão	761	645
(+) Atualização	18	39
(-) Liquidação	(559)	(697)
Saldos finais em 31 de dezembro	1.019	799

9. IMOBILIZADO

	Taxa	2024	2023
<u>Imobilizado - LABCM I</u>			Reclassificado
Edificações	5%	12.288	12.760
Terrenos	-	12.810	12.810
Aparelhos e equipamentos hospitalares	10%	32.188	18.622
Computadores e periféricos	20%	4.111	3.937
Móveis e utensílios	20%	2.598	3.044
Máquinas e equipamentos	10%	5.591	7.271
Instalações	5%	3.973	2.530
Veículos	20%	411	418
Veículo HMG/SESAB		194	194
		74.164	61.586
<u>Bens Cessão de Uso - GACC</u>			
Aparelhos e equipamentos hospitalares - GACC	10%	39	39
		39	39
Obras em andamento			
Obras em andamento	10%	-	1.443
		-	1.443

	Taxa	2024	2023
Bens Cessão de Uso - CRETEA	-		
Computadores e periféricos - CRETEA	10%	1	1
Móveis e utensílios - CRETEA	10%	83	83
Máquinas e equipamentos - CRETEA	10%	239	233
		<u>324</u>	<u>317</u>
Depreciação Acumulada			
Depreciação Acumulada	10%	(18.933)	(22.120)
		(18.933)	(22.120)
Subvenções não realizadas			
Subvenções não realizadas		(20.964)	(10.421)
		<u>(20.964)</u>	<u>(10.421)</u>
Total		<u>34.630</u>	<u>30.844</u>

A movimentação do ativo imobilizado, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontra-se apresentada a seguir:

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixas	Transferências	Ajustes	Apropriação de receita	Saldo em 31/12/2024
Edificações	12.760	-	-	-	(472)	-	12.288
Terrenos	12.810	-	-	-	-	-	12.810
Aparelhos e equipamentos hospitalares	18.622	11.692	(671)	-	2.545	-	32.188
Computadores e periféricos	3.937	629	-	-	(455)	-	4.111
Móveis e utensílios	3.044	951	(358)	-	(1.039)	-	2.598
Máquinas e equipamentos	7.271	1.459	(407)	-	(2.732)	-	5.591
Instalações	2.530	-	-	1.443	-	-	3.973
Veículos	418	384	(179)	-	(212)	-	411
Veículos capacidade acima de 10 passageiros	-	-	-	-	-	-	-
Veículo HMG/SESAB	194	-	-	-	-	-	194
Aparelhos e equipamentos hospitalares - GACC	39	-	-	-	-	-	39
Obras em andamento	1.443	-	-	(1.443)	-	-	-
Bens de Terceiros - CRETEA	-	-	-	-	-	-	-
Computadores e periféricos - CRETEA	1	-	-	-	-	-	1
Móveis e utensílios - CRETEA	83	-	-	-	-	-	83
Máquinas e equipamentos - CRETEA	233	7	-	-	-	-	240
Depreciação Acumulada	(22.120)	(4.918)	53	-	8.052	-	(18.933)
Total do imobilizado	<u>41.265</u>	<u>10.204</u>	<u>(1.562)</u>	<u>-</u>	<u>5.687</u>	<u>-</u>	<u>55.594</u>
Subvenções não realizadas	10.421	11.249	-	-	1.768	(2.474)	20.964
Total de subvenções não realizadas	<u>10.421</u>	<u>11.249</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.768</u>	<u>(2.474)</u>	<u>20.964</u>
Total geral	<u><u>30.844</u></u>	<u><u>(1.045)</u></u>	<u><u>(1.562)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>3.919</u></u>	<u><u>2.474</u></u>	<u><u>34.630</u></u>

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixas	Transferências	Apropriação de receita	Saldo em 31/12/2023
Edificações	12.651	109	-	-	-	12.760
Terrenos	12.810	-	-	-	-	12.810
Aparelhos e equipamentos hospitalares	15.127	3.495	-	-	-	18.622
Computadores e periféricos	2.943	994	-	-	-	3.937
Móveis e utensílios	2.169	875	-	-	-	3.044
Máquinas e equipamentos	6.333	938	-	-	-	7.271
Instalações	2.519	11	-	-	-	2.530
Veículos	411	7	-	-	-	418
Veículos capacidade acima de 10 passageiros	229	-	(229)	-	-	-
Veículo HMG/SESAB	194	-	-	-	-	194
Aparelhos e equipamentos hospitalares - GACC	39	-	-	-	-	39
Obras em andamento	-	1.443	-	-	-	1.443
Bens de Terceiros - CRETEA	209	-	-	(209)	-	-
Computadores e periféricos - CRETEA	1	-	-	-	-	1
Móveis e utensílios - CRETEA	2	81	-	-	-	83
Máquinas e equipamentos - CRETEA	17	7	-	209	-	233
Depreciação Acumulada	(18.506)	(3.844)	229	-	-	(22.120)
Total do imobilizado	<u>37.148</u>	<u>4.116</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41.265</u>
Subvenções não realizadas	<u>8.832</u>	<u>3.649</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.060)</u>	<u>10.421</u>
Total de subvenções não realizadas	<u>8.832</u>	<u>3.649</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.060)</u>	<u>10.421</u>
Total geral	<u>28.316</u>	<u>468</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.060</u>	<u>30.844</u>

Movimentação de subvenções não realizadas

Movimentação	Bens de convênios
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.832
Aquisição de bens	3.649
Transferência para imobilizado	(10.421)
Apropriação de Receita de Depreciação	(2.060)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Aquisição de bens	11.249
Transferência para imobilizado	(10.543)
Apropriação de Receita de Depreciação	(2.474)
Ajustes	1.768
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-

10. INTANGÍVEL

	Taxa	2024	2023
Outorga Fixa		5.221	-
Direito de Concessão		4.626	-
Software	20%	1.388	862
Fundo de Comércio		-	1.440
Amortização acumulada		(432)	(58)
Total		10.803	2.244

Outorga fixa

O contrato de Concessão Pública firmado junto a Prefeitura de Maringá para utilização do HCM - Hospital Materno Infantil de Alagoinhas prevê o pagamento a título de Outorga de 40 parcelas trimestrais com valores originais fixos de R\$210 mil.

Para apuração e reconhecimento do passivo e ativo de direito de outorga com base na obrigação de pagamentos foram descontados a taxa referencial de 10,63% a.a. Essa taxa referencial foi calculada com base na taxa real do empréstimo contratado junto à Caixa econômica em setembro de 2024.

Direito de Concessão

Consiste em investimentos para adequação física das instalações e aquisição de equipamentos necessários para implantação e funcionamento do Hospital Materno Infantil de Alagoinhas. A LABCOMI espera recuperar estes investimentos pelo resultado da prestação dos serviços durante a vigência do contrato de concessão.

Fundo de comércio

A Entidade adquiriu a carteira de clientes da SOKIDS. Em 2024, a Administração avaliou este ativo e concluiu não haver expectativas de benefícios econômicos futuros e baixou o saldo.

A seguir movimentação do ativo intangível referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2024
Outorga Fixa	-	-	-	5.221	-	5.221
Bens reversíveis	-	-	-	4.626	-	4.626
Software	813	49	862	526	-	1.388
Fundo de Comércio	1.440	-	1.440	-	(1.440)	-
Amortização acumulada	(50)	(8)	(58)	(374)	-	(432)
Total	<u>2.203</u>	<u>41</u>	<u>2.244</u>	<u>9.999</u>	<u>(1.440)</u>	<u>10.803</u>

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2024	2023
Caixa Econômica Federal	16.951	12.126
Santander S.A.	2.994	-
Total	<u>19.945</u>	<u>12.126</u>
<u>Circulante</u>	3.611	1.470
Não circulante	16.334	10.656
Total	<u>19.945</u>	<u>12.126</u>

Caixa Econômica Federal

Em 10 de março de 2022, a Administração da Entidade firmou contrato de empréstimo, nº 0607819-55, com a Caixa Econômica Federal no montante de R\$13.305 mil a ser pago em 120 parcelas mensais com cessão de direitos creditícios junto ao Fundo Nacional de Saúde, com custo efetivo anual de 8,16% a.a. + TR (Taxa Referencial) e taxa de risco 3,0% a.a., pelo Sistema de Amortização Constante - SAC. Em 2023, o contrato sofreu incidência da TR o que gerou um montante de atualização monetária de R\$538 mil no contrato com a Caixa Econômica Federal.

Em 6 de setembro de 2024, a Administração da Entidade firmou contrato de empréstimo, nº 03.4248.610.0000029/50, com a Caixa Econômica Federal no montante de R\$6.000 mil a ser pago em 120 parcelas mensais com cessão de direitos creditícios junto ao Fundo Nacional de Saúde, com custo efetivo anual de 15,12% a.a. sistema Price.

Santander S.A.

Em 4 de outubro de 2024, a Administração da Entidade firmou contrato de empréstimo, nº 00333041300000033780, com o Santander S.A. no montante de R\$3.000 mil a ser pago em 36 parcelas mensais com cessão de direitos creditícios junto ao Fundo Nacional de Saúde, com custo efetivo anual de 15,66% a.a. e pelo sistema Price.

Cronograma de vencimento da dívida - não circulante

As parcelas classificadas no passivo têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Saldo
2026	1.470
2027	1.470
2028	1.470
2029	1.470
2030 em diante	10.454
Total	<u>16.334</u>

Demonstramos, a seguir, a movimentação dos empréstimos e financiamentos referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Atualização /Juros	Amortização dos juros	Saldo em 31/12/2023	Adição	Amortização	Atualização /Juros	Amortização dos juros	Saldo em 31/12/2024
Caixa Econômica Federal	12.638	-	(1.050)	1.917	(1.379)	12.126	6.000	(1.175)	1.425	(1.425)	16.951
Santander	-	-	-	-	-	-	2.994	-	74	(74)	2.994
Total	12.638	-	(1.050)	1.917	(1.379)	12.126	8.994	(1.175)	1.499	(1.499)	19.945

12. FORNECEDORES

	2024	2023
		Reclassificado
Medicicor Comercial Ltda.	406	52
Panmedica Negócios Hospitalares Ltda.	396	396
Abiocon Comercial	209	125
Sulmedic Comercio De Medic Eireli	206	16
Cm Hospitalar S.A.	193	133
Laboratório B. Braun	193	106
Elfa Medicamentos Ltda.	148	123
Supermed Comercio e Importação de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda.	108	3
PSH - Produtos E Serviços Hospitalares Ltda.	133	105
Copel Distribuição S.A.	104	-
Outros	2.317	1.614
Total	4.413	2.673

Os fornecedores de mercadorias representam as aquisições de materiais de consumo em geral e produtos hospitalares que são utilizados pela Entidade e estão registrados pelo seu custo de aquisição.

13. PRESTADORES DE SERVIÇOS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Carteira médica (a)	9.644	7.690
Serviços médicos (b)	648	166
Serviços gerais (c)	<u>1.552</u>	<u>1.664</u>
Total	<u>11.844</u>	<u>9.520</u>

- a) Corresponde ao reconhecimento da produção médica por regime de competência.
- b) Refere-se à conversão do provisionamento da carteira médica em obrigações a pagar por meio da emissão de notas fiscais dos prestadores de serviços médicos.
- c) Abrange todos os demais prestadores de serviços que não estão ligados à produção médica.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Provisão contrato de gestão	10.510	9.707
Provisão de férias + 1/3	9.391	8.255
Salários e ordenados a pagar	6.993	5.548
FGTS a recolher	1.231	984
INSS retido s/ folha a recolher	1.102	593
Outros	<u>1.073</u>	<u>835</u>
Total	<u>30.300</u>	<u>25.922</u>

Valores relacionados à folha de pagamento, provisões dos encargos sociais e indenizatórios dos Contratos de Gestão.

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IRRF s/ Folha CLT	1.458	890
Parcelamentos Tributários	753	1.201
Outros	<u>652</u>	<u>457</u>
Total	<u>2.863</u>	<u>2.548</u>
Circulante	2.394	1.756
Não circulante	<u>469</u>	<u>792</u>
Total	<u>2.863</u>	<u>2.548</u>

	2024			2023		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
FGTS - GRDE (a)	6	225	231	78	232	310
IRRF (b)	38	61	99	34	103	137
CSRF (b)	97	156	253	88	263	351
RFB Lei 11.941/09 (c)	2	-	2	19	-	19
PGFN - 1734/2012 (d)	18	-	18	81	30	111
Parcelamento ECF (e)	117	-	117	103	131	234
PIS folha 8301/2011 (f)	-	17	17	-	17	17
PGFN - Nº 9072624 (g)	6	10	16	6	16	22
Total	284	469	753	409	792	1.201

- a) Refere-se ao parcelamento de FGTS não depositado de períodos anteriores a 2010, dividido em dois parcelamentos, sendo o primeiro sob o número 2008001783 com prazo final em 28/07/2025 (restando 07 parcelas), e o segundo sob número 2008001786 com prazo final em 30/09/2027 (restando 45 parcelas).
- b) Refere-se ao parcelamento do Imposto de Renda (“IR”) e da Contribuição Social (“CS”) em aberto do período de 1999 a 2007, sobre os valores retidos de cooperativas e pessoa física. Foram parcelados os montantes de R\$275mil e R\$694 mil para IR e CS, respectivamente, em 240 parcelas cada, restando em aberto 33 parcelas.
- c) Refere-se a parcelamentos tributários no âmbito da Lei nº 11.941/09 de dívidas anteriores ao ano de 2009 em 180 parcelas, liquidado no exercício de 2024.
- d) Refere-se a parcelamentos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de dívidas não previdenciárias, restando 04 parcelas.
- e) Refere-se ao parcelamento de multa por entrega fora do prazo da Escrituração Contábil Fiscal do Exercício Fiscal de 2017, realizado em 19 de março de 2021, restando pendente 14 parcelas.
- f) Refere-se ao saldo do parcelamento de PIS sobre folha de pagamento que foi suspenso, conforme decisão da 12ª Vara Federal nº 28243-89.2014.4.01.3300, em 25 de agosto de 2014. Os recolhimentos foram efetuados até agosto de 2014. Restando pendente, desde a suspensão, 19 parcelas.
- g) Refere-se ao parcelamento de multa por descumprimento de obrigações acessórias legais de caráter trabalhista quanto a cotas e segurança do trabalho, realizado em 12 de dezembro de 2023, restando pendente 32 parcelas.

16. CONVÊNIOS COM O PODER PÚBLICO

	2024	2023
Valores disponíveis em caixa para execução	14.900	15.044
Total	14.900	15.044
Circulante	5.122	284
Não circulante	9.778	14.760
Total	14.900	15.044

Saldo composto pelos valores disponíveis em caixa para execução dos convênios.

Movimentação de convênios com o poder público

	<u>Recursos de Convênios</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.168
Captação de Recursos	21.361
Execução de Recurso de Custeio	<u>(10.485)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.044
Captação de Recursos	25.874
Execução de Recurso de Custeio	<u>(26.018)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>14.900</u>

17. BENS DE TERCEIROS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Bens em comodato - GACC (a)	23	23
Bens em comodato (b)	111	111
Cessão de uso - SESAB (c)	194	194
Total	<u>328</u>	<u>328</u>

- a) Referem-se a bens cedidos pelo GACC- Grupo de Apoio a Criança com Câncer para utilização no Hospital Martagão Gesteira.
- b) Referem-se a bens cedidos pela SESAB para utilização no CRETEA.
- c) Refere-se a uma ambulância cedida pela SESAB para utilização no Hospital Martagão Gesteira.

18. CONTRATOS DE GESTÃO

Neste grupo estão acumulados os valores repassados pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia e ainda não executados pela Entidade, decorrentes dos Contratos de Gestão firmados entre as partes. Estes resultados diferidos são reclassificados para o passivo e constituem uma obrigação de execução futura. A LABCMI esteve na gestão de dois Contratos de Gestão no exercício de 2024 relacionados a unidades da SESAB - Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (CRETEA e HEC). Os recursos destes contratos são repassados e prestados contas mensalmente junto à SESAB para acompanhamento do cumprimento das metas operacionais e financeiras

Demonstramos, a seguir, a movimentação dos contratos de gestão referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Resultados diferidos</u>	<u>Outros</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u> Reclassificado	<u>Resultados diferidos</u>	<u>Outros</u>	<u>Saldo em 31/12/2024</u>
CRETEA	5.152	522	(2.720)	2.954	(77)	(2.996)	(119)
HCI	708	-	(708)	-	-	-	-
HEC	<u>23.192</u>	<u>286</u>	<u>-</u>	<u>23.478</u>	<u>12.034</u>	<u>-</u>	<u>35.511</u>
Total	<u>29.052</u>	<u>808</u>	<u>(3.428)</u>	<u>26.432</u>	<u>11.956</u>	<u>(2.996)</u>	<u>35.392</u>
Circulante	29.052	808	(3.428)	26.432	11.956	(38.388)	-
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35.392</u>	<u>35.392</u>
Total	<u>29.052</u>	<u>808</u>	<u>(3.428)</u>	<u>26.432</u>	<u>11.956</u>	<u>(2.996)</u>	<u>35.392</u>

Centro de Referência Estadual para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista - CRETEA

Centro especializado no tratamento de crianças com transtorno do espectro autista localizado em Salvador/BA.

Segue demonstrativo de resultado comparativo dos anos de 2024 e 2023:

CRETEA	2024	2023
<u>Receitas operacionais</u>		
Receitas de serviços	3.480	3.559
Receita com doações	1	-
Total de receitas	3.481	3.559
<u>Custos e despesas operacionais</u>		
Pessoal e encargos	(2.803)	(2.561)
Serviços de terceiros	(425)	(594)
Materiais e medicamentos	(20)	(44)
Gerais e administrativas	(321)	(369)
Financeiras, líquidas	58	538
Outras despesas	(47)	(7)
Total de custos e despesas	(3.558)	(3.037)
Resultado diferido	(77)	522

Hospital Estadual da Criança - HEC

Hospital de Grande porte do Governo do Estado voltado para atendimento materno infantil localizado em Feira de Santana/BA.

Segue demonstrativo de resultado comparativo dos anos de 2024 e 2023:

HEC	2024	2023
<u>Receitas operacionais brutas</u>		
Receitas de serviços	154.621	127.073
PEC Enfermagem	13.159	8.114
Doações	95	248
Ressarcimentos de despesas	579	246
Total de receitas	168.454	135.681
<u>Custos e despesas operacionais</u>		
Pessoal e encargos	(67.976)	(61.105)
Serviços de terceiros	(49.803)	(42.808)
Materiais e medicamentos	(21.773)	(23.213)
Gerais e administrativas	(11.443)	(9.870)
Financeiras, líquidas	3.914	4.405
Outras despesas	(9.340)	(2.804)
Total de custos e despesas	(156.421)	(135.395)
Resultado diferido	12.033	286

19. CONTRATOS DE CONCESSÃO PÚBLICA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Hospital da Criança de Maringá	4.427	-
Total	<u>4.427</u>	<u>-</u>
Circulante	794	-
Não circulante	3.633	-
Total	<u>4.427</u>	<u>-</u>

Em 18 de julho de 2024, a Administração da Entidade firmou contrato de concessão pública, nº 590/2024, com a Prefeitura Municipal de Maringá - PR com objeto de exploração do Hospital da Criança de Maringá com a vigência de 10 anos. Conforme cláusula oitava, a LABCMI possui a obrigação a cumprir no valor de R\$20.766 mil referente à outorga pelo uso da concessão e aos investimentos obrigatórios ao longo da vigência do contrato. A outorga deverá ser paga trimestralmente no valor de R\$210 mil, atualizado pelo IPCA, perfazendo um total de R\$8.400 mil. O saldo restante de R\$12.366 mil será destinado aos investimentos obrigatórios para funcionamento da unidade hospitalar, conforme cronograma de implantação.

Demonstramos, a seguir, a movimentação dos contratos concessão pública referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Atualização</u> <u>/Juros</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2024</u>
Obrigações financeiras	-	8.400	(799)	-	7.601
(-) Juros a transcorrer	-	(3.179)	-	5	(3.174)
Total	<u>-</u>	<u>5.221</u>	<u>(799)</u>	<u>5</u>	<u>4.427</u>

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Subvenções SESAB e judiciais	3.100	1.891
SESAU - Secretaria Municipal de Saúde de Alagoinhas	1.422	-
FESBA - Fundo Estadual de Saúde da Bahia	817	670
Compras consignadas/não padronizadas	578	421
Receita contrato folha - Santander	531	906
Provisão de fornecedores	297	239
Empréstimos de mercadorias	376	-
Outros	2	-
Total	<u>7.123</u>	<u>4.127</u>
Circulante	7.123	3.596
Não circulante	-	531
Total	<u>7.123</u>	<u>4.127</u>

Valores provisionados para pagamento em período futuro ou mesmo consignados na utilização da operação.

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

Correspondem à estimativa de eventuais desembolsos com prováveis desfechos desfavoráveis relativos a processos de reclamações trabalhistas e cíveis.

<u>Natureza</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Trabalhistas	14.036	8.682
Cíveis	1.468	1.528
Total	<u>15.504</u>	<u>10.210</u>

Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade possuía processos judiciais em andamento de naturezas cível e trabalhista, com expectativa de perda “possível”, cujos valores foram estimados pelos assessores jurídicos no montante de R\$7.073 mil.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pela Administração com base nas informações prestadas pelos assessores jurídicos. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

Demonstramos a seguir a movimentação da provisão das contingências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldos em 1º de janeiro	10.210	9.397
(+) Provisão	5.901	3.140
(-) Reversão	(117)	(995)
(-) Acordos/pagamentos	(490)	(1.332)
Saldos em 31 de dezembro	<u>15.504</u>	<u>10.210</u>

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio social

Compostos pelo patrimônio da Entidade e pelo superávit acumulado no montante de R\$50.354 mil (Em 2023, R\$44.016 mil).

Superávit do exercício

A LABCMÍ opera com seis unidades próprias, duas de contrato de concessão pública e duas de contrato de gestão.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Unidades próprias</u>		
SEDE/CSC	3.585	14.788
HMG	1.635	(8.110)
SOKIDS	(3.117)	(1.033)
CRESCER	1.006	860
IESG	1.691	1.358
TRANSFORMAR	(622)	(422)
Total	<u>4.178</u>	<u>7.441</u>
<u>Concessão pública</u>		
HCM	2.093	-
HMIA	67	-
Total	<u>2.160</u>	<u>-</u>
Total	<u>6.338</u>	<u>7.441</u>

Demonstramos a seguir o resultado das unidades próprias e com contratos de concessão pública no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

- Unidades próprias

	<u>SEDE/CSC</u>	<u>HMG</u>	<u>SOKIDS</u>	<u>CRESCER</u>	<u>IESG</u>	<u>TRANSFORMAR</u>	<u>Total</u>
<u>Receitas Hospitalares</u>							
Receitas de serviços	-	101.152	6.496	-	2.918	346	110.912
Receita com doações	460	1.974	1	4.629	1	-	7.065
Receita com serviços voluntários	1.184	-	-	-	-	-	1.184
Total	<u>1.644</u>	<u>103.126</u>	<u>6.497</u>	<u>4.629</u>	<u>2.919</u>	<u>346</u>	<u>119.161</u>
<u>Custos operacionais</u>							
Custos com Pessoal	(252)	(39.527)	(2.230)	(207)	(545)	(64)	(42.825)
Custos com Prestadores de serviços	(465)	(21.327)	(2.983)	(121)	(312)	(192)	(25.400)
Custos com Materiais e medicamentos	(261)	(22.506)	(496)	(12)	(4)	(17)	(23.296)
Custos Gerais	(971)	(3.893)	(517)	(318)	(154)	(209)	(6.062)
Total	<u>(1.949)</u>	<u>(87.253)</u>	<u>(6.226)</u>	<u>(658)</u>	<u>(1.015)</u>	<u>(482)</u>	<u>(97.583)</u>
<u>Despesas operacionais</u>							
Despesa com Pessoal	(7.577)	(11.316)	(1.157)	(1.898)	(74)	(26)	(22.048)
Despesa com Prestadores de serviço Gerais e Administrativas	(455)	(497)	(35)	(201)	(14)	(226)	(1.428)
Depreciação e Amortização	(1)	(4.760)	(31)	(95)	(4)	(20)	(4.911)
Despesas com Serviços Voluntários	(1.184)	-	-	-	-	-	(1.184)
Outras receitas (despesas) operacionais	15.617	7.839	(1.823)	(115)	(24)	(148)	21.346
Total	<u>3.379</u>	<u>(13.195)</u>	<u>(3.392)</u>	<u>(2.937)</u>	<u>(230)</u>	<u>(481)</u>	<u>(16.856)</u>
Custos e despesas operacionais	<u>1.430</u>	<u>(100.448)</u>	<u>(9.618)</u>	<u>(3.595)</u>	<u>(1.245)</u>	<u>(963)</u>	<u>(114.439)</u>
Resultado operacional	3.074	2.678	(3.121)	1.034	1.674	(617)	4.722
<u>Resultado financeiro</u>							
Receitas financeiras	1.342	234	15	21	22	-	1.634
Despesas financeiras	(831)	(1.277)	(11)	(49)	(5)	(5)	(2.178)
Total	<u>511</u>	<u>(1.043)</u>	<u>4</u>	<u>(28)</u>	<u>17</u>	<u>(5)</u>	<u>(544)</u>
Resultado do exercício	3.585	1.635	(3.117)	1.006	1.691	(622)	4.178

- Concessão pública

	HCM	HMIA	Total
<u>Receitas Hospitalares</u>			
Receitas de serviços	9.980	14.312	24.292
Receita com doações	1	109	110
Total	<u>9.981</u>	<u>14.421</u>	<u>24.402</u>
<u>Custos operacionais</u>			
Custos com Pessoal	(2.346)	(4.089)	(6.435)
Custos com Prestadores de serviço	(1.474)	(6.205)	(7.679)
Custos com Materiais e medicamentos	(686)	(1.463)	(2.149)
Custos Gerais	(478)	(200)	(678)
Total	<u>(4.984)</u>	<u>(11.957)</u>	<u>(16.941)</u>
<u>Despesas operacionais</u>			
Despesa com Pessoal	(991)	(551)	(1.542)
Despesa com Prestadores de serviço	(119)	(303)	(422)
Gerais e Administrativas	(1.277)	(738)	(2.015)
Depreciação e Amortização	(168)	(192)	(360)
Outras receitas (despesas) operacionais	(253)	(564)	(817)
Total	<u>(2.808)</u>	<u>(2.348)</u>	<u>(5.156)</u>
Custos e despesas operacionais	<u>(7.792)</u>	<u>(14.305)</u>	<u>(22.097)</u>
Resultado operacional	2.189	116	2.305
<u>Resultado financeiro</u>			
Receitas financeiras	107	32	139
Despesas financeiras	(203)	(81)	(284)
Total	<u>(96)</u>	<u>(49)</u>	<u>(145)</u>
Resultado do exercício	2.093	67	2.160

Unidades próprias

As unidades próprias são compostas, principalmente, pelo Hospital Martagão Gesteira com foco no atendimento à criança e 100% dos recursos proveniente do SUS através de contratos firmados com a Secretaria Municipal de Saúde de Salvador e a Secretaria Estadual de Saúde da Bahia. O Hospital Martagão Gesteira é o principal expoente das operações da Liga e oferta atendimento pediátrico gratuito, sendo 100% da sua assistência pelo SUS. Por esta particularidade, o Hospital Martagão Gesteira apresenta desequilíbrio econômico-financeiro operacional com um resultado deficitário. Com o apelo da causa atendida pelo Martagão Gesteira, a gestão faz um trabalho de mobilização social que resulta na captação de recursos através da Sede e das demais unidades de negócio próprios que são revertidos para manutenção da atividade operacional do Martagão.

Concessão pública

Em 2024, a LABCFMI iniciou suas atividades no Hospital da Criança de Maringá e no Hospital Materno Infantil de Alagoinhas através dos contratos firmados de concessão pública. Os dois contratos têm por objetivo a exploração do completo hospitalar.

Conforme contratos firmados, os serviços médicos prestados no Hospital da Criança de Maringá serão destinados numa proporção não inferior a 60% a pacientes oriundos da rede pública de saúde. Os 40% restantes poderão ser ofertados a rede de saúde suplementar. No Hospital Materno Infantil de Alagoinhas, os atendimentos médicos são 100% de assistência do SUS.

23. RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Receitas de Atividades de Saúde</u>		
Sistema Único de Saúde - POA	79.431	48.691
PEC Enfermagem	20.300	11.457
Sistema Único de Saúde - Contratos	38.563	46.067
Saúde suplementar	6.837	6.051
Contratos de gestão	146.459	129.823
Ensino e pesquisa	2.917	2.648
Total	<u>294.507</u>	<u>244.737</u>
<u>Receitas de Atividades Sociais</u>		
Doações	2.910	2.158
Campanhas Sociais	4.361	3.261
Total	<u>7.271</u>	<u>5.419</u>
Total	<u>301.778</u>	<u>250.156</u>

As receitas operacionais correspondem àquelas oriundas da atividade principal da Entidade, referentes aos serviços de saúde prestados à sociedade, sendo estes classificados como contratos quando se referem aos contratos firmados com a Secretaria Estadual de Saúde - SESAB e junto a Secretaria Municipal de Saúde - SMS. Os serviços de Saúde Suplementar são prestados diretamente a particulares ou por meio de contratos firmados com diversos Planos de Saúde nas unidades Sokids e Transformar.

Os resultados do Contrato de Gestão são revertidos ao final de cada período para o grupo de obrigações a executar no passivo. Desse modo, o resultado de cada exercício dos Contratos de Gestão será sempre nulo, mantendo o equilíbrio econômico e financeiro da execução com os valores repassados.

24. MENSURAÇÃO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Sociedade civil	56	99
Conselheiros e diretores	1.128	386
Total	<u>1.184</u>	<u>485</u>

Os serviços de voluntariado são prestados pela sociedade civil, de forma não remunerada, essenciais para apoio e operação da Entidade. Os voluntários colaboram com o bazar, organizam “stands” e ações, arrecadam doações e viabilizam a execução dos maiores eventos e campanhas que a Entidade realiza no seu calendário anual, como o Mc Dia Feliz e a Corrida Colorida. Assim, legitimam a importância e o papel da Entidade na comunidade. São consideradas também como serviços voluntários as horas disponibilizadas por membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

Os registros dos montantes foram contabilizados nas rubricas de serviço voluntário (receita e despesa) e não altera o superávit do exercício. O parâmetro utilizado para valorar as horas trabalhadas dos voluntários é o salário-mínimo e para membros dos Conselhos e Diretoria Estatutária é o valor de mercado.

25. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Custos com Pessoal e Encargos</u>		
Remunerações	(86.060)	(68.278)
Provisão de Férias e 13º Salário	(14.478)	(13.949)
Encargos Sociais (FGTS)	(9.062)	(9.322)
Benefícios Sociais (Alimentação e Transporte)	(41)	(225)
Bolsas de Estágios	(221)	(292)
Rescisões Trabalhistas	(2.552)	(2.543)
Total	<u>(112.414)</u>	<u>(94.609)</u>
<u>Custos com serviços de terceiros</u>		
Prestação de serviços médicos	(76.827)	(62.733)
Serviços laboratoriais	(2.233)	(1.972)
Serviço de lavanderia	(896)	(636)
Serviço de limpeza e higienização	(472)	(319)
Serviço de manutenção e eng. clínica	(302)	(260)
Assessoria e consultoria	(1.192)	(897)
Total	<u>(81.922)</u>	<u>(66.817)</u>
<u>Custos com materiais e medicamentos</u>		
Medicamentos	(13.419)	(15.648)
Material médico	(12.579)	(12.365)
Gases medicinais	(1.932)	(1.516)
OPME	(6.705)	(5.705)
Laboratório/banco de sangue	(1.749)	(1.599)
Nutrição	(3.153)	(1.534)
Gêneros alimentícios	(4.439)	(4.342)
Material de engenharia clínica	(1.263)	(1.136)
Material de higienização e limpeza	(499)	(2.137)
Outros materiais de consumo	(1.500)	(2.178)
Total	<u>(47.238)</u>	<u>(48.160)</u>
<u>Custos gerais e administrativos</u>		
Energia elétrica	(5.188)	(5.134)
Água e esgoto	(1.231)	(1.146)
Serviços gerais	(6.120)	(1.776)
Total	<u>(12.539)</u>	<u>(8.056)</u>
Total	<u>(254.113)</u>	<u>(217.642)</u>

26. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Despesas com pessoal e encargos</u>		
Remunerações	(22.920)	(22.109)
Provisão de férias e 13º salário	(4.817)	(3.834)
Encargos sociais (FGTS)	(1.258)	(736)
Benefícios sociais	(2.156)	(1.747)
Bolsas de estágios	(53)	(67)
Rescisões trabalhistas	(11)	(2)
Total	<u>(31.215)</u>	<u>(28.495)</u>
<u>Despesas com Serviços de Terceiros</u>		
Assessoria e consultoria	(3.235)	(1.838)
Total	<u>(3.235)</u>	<u>(1.838)</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>		
Material de expediente	(1.178)	(1.166)
Material de informática	(20)	(357)
Material de manutenção predial	(4.557)	(1.864)
Outros materiais de consumo	(2.073)	(784)
Impostos, taxas e contribuições	(377)	(274)
Sistemas e redes	(3.430)	(2.617)
Aluguel de máquinas e equipamentos	(1.861)	(1.125)
Aluguéis de imóveis	(200)	(248)
Telefonia e internet	(428)	(333)
Combustíveis e lubrificantes	(1)	(6)
Publicidade e eventos	(169)	(431)
Manutenção e conservação	(1.168)	(1.015)
Viagens e traslados	(554)	(108)
Seguros diversos	(32)	(91)
Outras despesas administrativas	(564)	(756)
Total	<u>(16.612)</u>	<u>(11.175)</u>
Depreciação e amortização	(5.293)	(3.852)
Total	<u>(5.293)</u>	<u>(3.852)</u>
Despesas com serviços voluntários	(1.184)	(485)
Total	<u>(1.184)</u>	<u>(485)</u>
<u>Outras receitas (despesas) operacionais</u>		
Baixa líquida de ativos imobilizado	(1.562)	(1)
Provisões para PECLD	(270)	40
Provisões de processos judiciais	(6.501)	(2.145)
Perdas diversas	(4)	(1.391)
Receita com subvenções/convênios	12.763	8.896
Reversão Provisões de Contratos Encerrados	-	9.085
Ressarcimento de despesas	4.743	429
Outras receitas operacionais	8.949	491
Outras despesas operacionais	(6.373)	(37)
Total	<u>11.745</u>	<u>15.367</u>
Total	<u>(45.794)</u>	<u>(30.478)</u>

27. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos financeiros	5.229	6.962
Juros, abatimentos e descontos	545	53
Total	<u>5.774</u>	<u>7.015</u>
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros e Atualizações sobre empréstimos	(1.475)	(1.956)
Tarifas bancárias	(999)	(104)
Outras despesas financeiras	(17)	(35)
Total	<u>(2.491)</u>	<u>(2.095)</u>
Total	<u>3.283</u>	<u>4.920</u>

28. BENEFÍCIO FISCAL USUFRUÍDO

Certificado de Filantropia

A Entidade é certificada com o CEBAS (Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social), através da Portaria nº 632, de 1º de junho de 2021, que regula os procedimentos de isenção previdenciária. O benefício se aplica igualmente para os impostos e contribuições Federal, Estadual e Municipal.

A certificação foi prorrogada de ofício por mais um ano através da portaria nº 996 em 27 de novembro de 2023, em observância ao disposto no artigo 40, parágrafo 1º, da Lei Complementar 187/2021. Em 29 de novembro de 2024, a Entidade pleiteou, tempestivamente, a renovação do CEBAS e o processo encontra-se em análise.

Isenção

Representa o montante das contribuições previdenciárias e tributárias apuradas nos exercícios, que não foram pagas devido ao usufruto da imunidade a que fazem jus às entidades filantrópicas. Em 31 de dezembro de 2024, considerando o faturamento da Entidade, bem como o valor da sua folha de pagamento a empregados, registrados pelo regime de competência, os valores da renúncia fiscal usufruída somam um total de R\$70.317 mil (Em 2023, R\$59.631 mil), conforme demonstrado a seguir:

Descrição do tributo	Base de cálculo	Base de valores:		Alíquota	2024	2023
		2024	2023			
ISS s/ faturamento	Receita	294.507	244.737	2,00%	5.890	4.895
COFINS s/ faturamento	Receita	294.507	244.737	3,00%	8.835	7.342
PIS s/ faturamento	Receita	294.507	244.737	0,65%	1.914	1.591
CSLL s/ lucro	Receita	294.507	244.737	2,88%	8.482	7.048
IRPJ s/ lucro	Receita	294.507	244.737	4,80%	14.136	11.747
PIS s/ folha	Remuneração folha	108.980	90.387	1,00%	1.090	904
INSS s/ folha (cota patronal)	Remuneração folha	108.980	90.387	27,50%	29.970	26.104
Total					<u>70.317</u>	<u>59.631</u>

29. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Durante o exercício de 2024, a Entidade realizou transações que não envolveram caixa, no montante de R\$5.221mil, referente aos contratos de concessão pública e R\$799mil, referente a aquisição de intangível da concessão. Portanto estas não estão refletidas nas demonstrações de fluxos de caixas.
